



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: ROBERTO TRIPOLI

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 02 DE OUTUBRO DE 2013

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
- Suspensão
- Documento lido a ser encaixado pela Secretaria da Comissão

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Bom dia a todos. Declaro aberta a 15ª audiência pública.

Informo que esta reunião está sendo transmitida pelo Portal da Câmara Municipal de São Paulo no endereço www.camara.sp.gov.br, link Auditórios On-Line.

A transcrição desta audiência pública estará disponível ao público em geral no Portal da Câmara Municipal de São Paulo no endereço www.camara.sp.gov.br, link Audiências Públicas.

Foram convidados a participar desta audiência pública os Srs.: Marcos de Barros Cruz, Secretário Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico, representado, neste ato, pela Sra. Marina Aun; João Luiz Silva Ferreira, Secretário Municipal de Cultura; Marianne Pinotti, Secretário Municipal de Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida; Edson Simões, Presidente do Tribunal de Contas do Município de São Paulo; Murilo Portugal Filho, Presidente da Federação Brasileira de Bancos, Febraban; Rogério Pinto Coelho Amato, Presidente da Associação Comercial de São Paulo; Paulo Arthur Lencioni Góes, Diretor Executivo da Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor, Procon-SP; Carlota Aquino Costa, Coordenadora Executiva Interina do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor, Idec; Fernando Landgraf, Diretor Presidente do Instituto de Pesquisas Tecnológicas, IPT; Ros Mari Zenha, do Instituto de Pesquisas Tecnológicas, IPT.

Estão presentes os Srs. Vereadores Aurélio Nomura, Marta Costa e Ricardo Nunes.

Passemos ao primeiro projeto a ser discutido, PL 15/11, da Vereadora Marta Costa, Floriano Pesaro e Mara Gabrilli, que garante o acesso das pessoas com deficiência aos espetáculos e obras culturais beneficiados por recursos da Lei Municipal de Incentivo à cultura, e dá outras providências.

Há alguém inscrito para se pronunciar?

O SR. WASHINGTON LUIS CAMPOS CUNHA - Meu nome é Washington, sou assessor da Vereadora Marta Costa.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Vereadores, trata-se de um projeto referente a questão não só da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência, o que só contribui em parte para que essas pessoas tenham condição de determinadas situações, mas também pontua sobre a situação das pessoas terem acesso às informações, principalmente no Município com relação aos espetáculos e eventos culturais.

As pessoas têm condição hoje, graças a inúmeras leis de acessibilidade, a ter acesso a esses eventos, mas a partir do momento que se encontram por lá não têm condição de acompanhar por meio de transcrição, por meio de sinais de libras as informações necessárias àqueles espetáculos para que elas possam atender à informação que está disponibilizada.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Naturalmente, a associação internacional aqui presente, o Dr. Brasil, tem um minuto.

O SR. LAERTE BRASIL – Sou Presidente UniGlobal Sindical Cidades. Parabenizo este projeto, mas penso que deveria ser acrescentado algum artigo porque além da informação, os portadores de deficiência física encontram dificuldades tanto nas estruturas públicas quanto privadas.

Por exemplo, vai acontecer o mundial de futebol em 2014. Fizemos uma pesquisa na rede hoteleira da cidade de São Paulo. Cerca de 95% dos hotéis não têm acesso, acessibilidade, tanto física quanto visual. No mundial, vamos ter quase um milhão de turistas, sendo que 25% são cidadãos portadores de acessibilidade física e visual.

Quanto aos passeios da cidade de São Paulo, tanto dos prédios públicos, quanto privados na Cidade, também eles não reúnem as suas condições. Poderíamos também acrescentar algum artigo ou parágrafo no projeto, para garantirmos essas ações.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Em não havendo mais oradores inscritos,

declaro encerrada a audiência pública ao PL 15/11.

Passemos ao próximo item, PL 195/11, de autoria do Vereador David Soares, que dispõe atendimento das redes bancárias no município de São Paulo e dá outras providências.

Alguém gostaria de se pronunciar?

Tem a palavra o nobre Vereador Ricardo Nunes.

O SR. RICARDO NUNES – Sr. Presidente, da Febraban, não veio ninguém?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Não, nobre Vereador. Em não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrada a audiência pública ao PL 195/11.

Passemos ao próximo item, PL 548/11, de autoria do Vereador Aurélio Miguel, que dispõe sobre a concessão e a isenção de IPTU, Imposto Predial e Territorial Urbano, incidente sobre imóveis que sejam declarados de utilidade pública no município de São Paulo e dá outras providências. Há alguém do Executivo que gostaria de se pronunciar? (Pausa) Então, o Executivo é favorável a esse projeto? (Pausa)

Tem a palavra a Sra. Marina Aun, representando o Sr. Secretário Municipal de Finanças

A SRA. MARINA AUN – O Executivo já se manifestou por ofício.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – É na audiência pública que todos ficam sabendo se o Executivo é a favor ou contra o projeto.

A Secretaria tem algum ofício do Governo em relação a isso? Está no processo? Se enviou o documento, deve ter enviado para a Comissão de Finanças e Orçamento.

A SRA. MARINA AUN – É que há várias falhas no projeto. Não está claro que são aquelas entidades declaradas de utilidade pública para fins de desapropriação. Isso só está na exposição de motivos e não no texto do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Aqui é só falado de utilidade pública.

R – Mas na exposição de motivos, entendemos que é só para aqueles que vão ser desapropriados. Dizem que a isenção será a partir da publicação da lei. Não pode ser, porque

o fato gerador do IPTU para imóveis já existentes é em 1º de janeiro. Então, não dá para se dar uma isenção no meio do caminho. O fato gerador já aconteceu. Também o projeto não fala nada. Vamos dizer que a desapropriação não aconteça. Vamos cobrar essa isenção retroativa.

P – Mas se foi declarada de utilidade pública, pode-se não desapropriar.

R – Só para fins de desapropriação. Se não acontecer... Estão faltando vários detalhes no projeto. Foi nesse sentido que saiu a manifestação da Secretaria Municipal das Finanças.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Tem a palavra o nobre Vereador Aurélio Nomura.

O SR. AURÉLIO NOMURA – A Secretaria Municipal de Finanças é favorável ou contrária, acertando o projeto?

R – Geralmente, é renúncia de receita.

P – Sim, chegamos ontem a isso.

R – Favorável.

P – Existe uma estimativa do impacto desse projeto?

R – Não, porque dispõe sobre quais são os imóveis. Não há uma ideia genérica.

P – Sim, uma vez nós acertamos o projeto. Em havendo essa renúncia, haveria, por parte da Secretaria Municipal de Finanças, uma aceitação do projeto, quando consultado pelo Sr. Presidente. Opar-se-ia pela sanção do projeto ou não?

R – Não, quando é renúncia, receita, geralmente a opinião é negativa. Geralmente a proposta é pela não aprovação, isso em linhas gerais. Nesse caso específico, vai depender da análise da Assessoria.

R – Sr. Presidente, peço vistas ao projeto, porque aí faríamos o substitutivo e as informações também para a Secretaria Municipal de Finanças, porque não adianta nós avançarmos com todas essas dúvidas.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Nobre Vereador, lembro V.Exa. de que o

processo não está na comissão. Quer dizer, a comissão é obrigada a fazer audiência pública. Não cabe vistas. Ele está na comissão, mas o relator é o Vereador Jair Tatto. Não há dúvidas de que, em conversa com o Vereador Jair Tatto, V.Exa. poderá apresentar um substitutivo na própria comissão.

Em não havendo mais ninguém a tratar do assunto, declaro encerrada a presente audiência pública, e passaremos a outro projeto, PL 467/12, de autoria da Vereadora Juliana Cardoso e do Vereador Carlos Neder, que dispõe sobre a concessão da isenção de remissão de IPTU, Imposto Predial e Territorial Urbano, incidente sobre os imóveis onde funciona o IPT, Instituto de Pesquisa Tecnológica, e dá outras providências. Temos aqui a presença de vários funcionários do IPT.

Tem a palavra o Sr. Fernando José Gomes Landgraf, Presidente do IPT.

O SR. FERNANDO JOSÉ GOMES LANDGRAF – Sr. Presidente, para nós é um momento importante estarmos aqui defendendo esse projeto de lei. São Paulo tem um ícone, o IPT. Dentro de todos os ícones da Cidade, instituições importantes da cidade de São Paulo, o IPT é um deles. O IPT aparece muito específico em momentos de crise da Cidade. Pegamos quatro exemplos, dentre muitos, quando houve o acidente no metrô. Ali está a manchete nos jornais: “Saibam as causas apontadas pelo IPT para o acidente do metrô” Ou o acidente rodoanel ou árvores que caem na Cidade. O IPT avaliará a saúde das árvores, para evitar acidentes. Risco de deslizamento na Imigrantes, diz o IPT. Então, o IPT é essa instituição que é uma marca da cidade de São Paulo e que comparece em momentos especiais da história da cidade. É um patrimônio da Cidade e um patrimônio associado à confiabilidade.

Quando o nome do IPT aparece é porque existe a confiança no que o IPT vier a declarar, realizar ou fazer pela Cidade.

Quem é o IPT? Um instituto de pesquisas, cuja missão é aplicar soluções tecnológicas, para se aumentarem duas coisas, a competitividade das empresas e a promoção da qualidade de vida. O IPT transformou-se numa S.A. sem fins lucrativos, em 1976, para se

agilizar o relacionamento com as empresas. Só por isso que viramos uma S.A., porque era necessária a agilidade, para poder se relacionar com as empresas naquele momento. Hoje em dia, o IPT, ao relacionar-se com as empresas, gera 65% dos nossos recursos, muito mais do que os congêneres europeus. Quer dizer, há outros institutos similares ao IPT, como o TNO, da Holanda, da Alemanha e outros. Tipicamente, o Poder Público entrega a esses institutos, em geral, 60% do que eles precisam. Ou seja, eles geram 40% com recursos próprios e 60% vem do Governo. O IPT já está num estágio diferente disso. É muito difícil para o IPT viver só com 35% de dotação. Então, ela é uma empresa independente e precisa de recursos do Estado.

O nosso orçamento anual é de 137 milhões de reais, sendo que 41% vêm do Governo e 59% de contratos. Atendemos a 3.500 empresas no País inteiro. Em cem projetos de pesquisa, geram-se 26 mil documentos técnicos por ano. Fazemos 80 patentes por ano. Fazemos projetos de inovação, serviços tecnológicos e metrologia. Medimos coisas para as empresas do Brasil. Temos um trabalho de educação em tecnologia. Procuramos ser conectores entre as demandas das empresas e o conhecimento realizado nas universidades. Damos exemplos do que fazemos para as indústrias. Vejam uma empresa que fabrica nióbio no Brasil. Esse prédio aqui foi projetado com base nas informações técnicas que o IPT gerou.

Estamos presentes no almoço de todos que usam Sal Cisne no almoço. Naquela planta nova, há um projeto conceitual do IPT, com 50% de economia de energia e capacidade de produção duplicada. Apoiamos a cadeia produtiva Petroquímica de São Paulo, medindo vazão. Trabalhamos com energias renováveis, energia solar e energia da biomassa.

Investimos em metrologia para ajudar as empresas. Apoiamos as micro e pequenas empresas, com resultados expressivos. Para cada um real que o Governo investe, retornam-se, em geral, cinco reais em impostos, atendemos a 3.800 empresas nos últimos anos. Temos trabalhado com soluções tecnológicas para a cidade São Paulo.

Já distribuímos aos Srs. Vereadores esses cadernos, das soluções tecnológicas para a cidade de São Paulo. Entregamos um desses documentos ao Sr. Prefeito no início do

ano. Vou mencionar aqui algumas dessas soluções tecnológicas. Uma das mais importantes é a gestão das áreas de riscos. Uma fração relevante da população de São Paulo vive em áreas de risco e o IPT tem feito o mapeamento, tem trabalhado com as comunidades, para informar como ela deve se comportar em situações de risco, como avaliar o tamanho do risco que ela está vivendo e o que fazer para se afastar dessas condições de risco.

Temos feito um mapeamento para a Prefeitura, que tem permitido intervenções, de maneira que possamos, de fato, evitar que a população continue correndo risco. Trabalhamos com erosão e assoreamento na Cidade. Temos feito mapeamentos disso e indicado soluções para se evitar e reduzir o assoreamento. Trabalhamos com sistema de indicadores ambientais na cidade de São Paulo, o Geocidades. Publicamos trabalhos a respeito disso, como contribuição para a Cidade. Temos apoiado o Código de Obras e Edificações, com apoio tecnológico para a revisão do Código de Obras. Apoiamos tecnologicamente o Plano de Mobilidade Urbana. Temos desenvolvido e homologado sistemas inteligentes de transporte e a interoperabilidade dos sistemas de integração de informações.

Então, o IPT tem dado grande contribuição. Essa isenção do IPT liberará 2,5 milhões de reais, que viabilizarão ao IPT realizar o seu planejamento estratégico, havendo mais presença na inovação e no impacto. Queremos estar mais presentes no planejamento do município, do Estado e do Brasil nos aspectos tecnológicos. Queremos trazer mais inovação a essas coisas. Queremos trazer mais impacto da nossa ação, para a Cidade, para o Estado e para o País. Essa isenção de IPTU terá um impacto importante, porque temos um orçamento que não é fácil de ser cumprido. Essa isenção vai ter uma contribuição relevante. Por isso que gostaria de contar com o apoio dos Vereadores e da Prefeitura nesse esforço.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Só tenho elogios a fazer ao IPT. Fui Vereador que fiz a primeira lei de ruídos urbanos. Não existia nem decibelímetro na época, e me recorri ao IPT, para obter as informações na época da ex-Prefeita Luíza Erundina. Então,

chamamos quem confiamos. O senhor demonstrou aqui. É o nosso Poder Judiciário. Para sabermos, de fato, o que está acontecendo, chamamos o geólogo e o biólogo, e eles nos trazem um retorno positivo. Gostaria que fosse mais ampliada a relação do IPT e da Câmara Municipal de São Paulo. Seria muito interessante. Temos muitos projetos de lei que são debatidos na Casa, que têm tudo a ver com coisas que o IPT já fez, levantamentos que o IPT já pesquisou e estão em seus arquivos. Isso colabora com o nosso trabalho. Uma aproximação com a Casa seria muito importante, tanto com o Presidente do IPT quanto o Presidente da Câmara Municipal de São Paulo. Essa seria uma relação mais forte, tecnicamente, para a colaboração.

Há mais inscritos?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Tem a palavra o nobre Vereador Aurélio Nomura.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Sr. Presidente, agradeço a deferência. Digo ao Sr. Presidente e a todos os funcionários que nós que viemos acompanhando o IPT que é um instituto por excelência e faz o diferencial no nosso País. Essa é a grande diferença. Quando precisamos de algum apoio tecnológico, não só na cidade de São Paulo, mas como o País, de um modo geral, sempre batemos à porta do IPT. Estivemos com a Sra. Rose Mary na discussão do zoneamento. Discutimos o subsolo, com relação às águas. Sempre, de maneira direta, vejo a participação. Na Comissão do Meio Ambiente, a qual presido, sempre há pesquisas e análises feitas pelo IPT, por incrível que pareça.

Como disse o Sr. Presidente, precisamos efetivamente ter uma aproximação, estando mais próximos, quem sabe, por meio de convênio a ser feito, se já não existir. Isso é de fundamental importância. Temos aqui a discussão do Plano Diretor Estratégico da nossa Cidade. É muito importante a participação do IPT.

Sr. Presidente, seria interessante ouvirmos a representante da Secretaria Municipal de Finanças, com relação a essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Tem a palavra o nobre Vereador Ricardo Nunes.

O SR. RICARDO NUNES – Sr. Presidente, só uma dúvida. Os serviços que o IPT presta para a Prefeitura Municipal de São Paulo são cobrados?

R – Sim, são cobrados.

P – A tabela é igual para qualquer outro cliente?

R – Isso pode variar inclusive. Não existe uma tabela de serviços. Afinal, os serviços são bem variados. O valor que cobramos naturalmente vêm dos custos que temos.

P – Mas não existe, por parte do IPT, um tratamento diferenciado, com relação aos serviços prestados para a Prefeitura. Vi aqui vários serviços. Temos a maior consideração pelo IPT, mas todos esses trabalhos que o IPTU presta para a Prefeitura, a Prefeitura paga o IPT.

O SR. FERNANDO LANDGRAF – Os serviços que foram orçados são cobrados. Mas, muitas vezes, o IPT intervém, especialmente em situações de risco, e muitas vezes chamado pelo Judiciário a intervir nos momentos de crise, então a gente intervém sem qualquer pagamento.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Existe lucro no IPT?

O SR. FERNANDO LANDGRAF – Não.

P – O que é feito? Imagino que seja assim: Existe o projeto, então peço para analisar o solo de um lugar, enfim. Vocês vão pegar um biólogo, um geólogo, tal, que tem um custo, etc. Existe lucro?

R – Não existe. Existe esse custo direto, que o senhor comentou, mais o *overhead*, ou seja, a cobertura de todos os custos, inclusive os impostos.

P – O salário dos funcionários, os impostos, aluguel, o IPTU. Não é isso?

R – Exatamente. Então é isso que impacta.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Tem a palavra o nobre Vereador Milton Leite.

O SR. MILTON LEITE – O senhor disse que o IPT é uma S.A. Com esse regime de estatuto dele, sendo S.A., o acionista majoritário é o Estado?

O SR. FERNANDO LANDGRAF – Nesse caso, sim.

P – Quem são os outros acionistas? Pois se é S.A. o Estado tem um percentual.

R – Isso. Tem 0,0003% que, originalmente, era VASP.

P – Os acionistas são todos entes públicos?

R – Exatamente.

P – O senhor paga tributos pertinentes ao Estado?

R – Sim, pagamos.

P – O senhor paga ao próprio Estado?

R – Sim. Infelizmente, pagamos.

P – Então, o IPT, que é do Estado, paga para o seu acionista os tributos.

R – Para a Prefeitura, pagamos ISS, IPTU.

P – Agora, quanto aos outros tributos do próprio acionista, o senhor é cobrado?

R – Estou tentando lembrar exatamente qual imposto que vai para o Estado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Desculpa por interferir, mas o senhor tem algum diretor que possa te ajudar nisso? Há uma pessoa querendo se pronunciar. O senhor pode falar no microfone, por favor?

NÃO IDENTIFICADO – Bom dia a todos. Como o IPT não circula mercadorias e presta serviços tecnológicos, ele não está sujeito, em tese, ao ICMS, que seria o imposto estadual por excelência. Esse é o esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Muito obrigado.

O SR. MILTON LEITE – E outros tributos, o senhor não paga?

O SR. FERNANDO LANDGRAF – Que eu me recorde, não.

P – Os veículos do IPT licenciados pagam IPVA?

R – Sim.

P – E o senhor já fez uma análise do impacto desse aumento de IPTU previsto para a Cidade?

R – Sim.

P – Quanto o senhor pagará de IPTU no próximo ano?

R – Ah, essa avaliação, não fiz.

P – Quanto o senhor pagou este ano?

R – Dois milhões e meio.

P – Pagará 5 milhões no ano que vem.

R – Nem me diga.

P – É uma mera sugestão, não sei se é possível, mas cabe uma apreciação quando o Município contratar o IPT, e vive contratando, pois o Prefeito entende que é por dispensa de licitação. Até cabe a dispensa, mas existem outros que fariam isso, então eu gostaria de ver se é possível isso. Sou favorável, Sr. Presidente, ao Instituto de Pesquisas, porque é um estudo de excelência que o Estado precisa e o País também, mas é preciso ter mais recurso financeiro.

Eu só gostaria de ressaltar ao Presidente do IPT que a situação da cidade de São Paulo é “n” vezes pior do que a do IPT. Não sei se o senhor sabe disso. A capacidade de investimento da cidade de São Paulo está esgotada. Se senhor observar a peça orçamentária, verá que não há fontes de investimento.

O Estado de São Paulo tem um débito de R\$ 56 bilhões; tem um crédito de R\$ 52 bilhões a receber, e não recebe. Em momentos positivos, mesmo com os crescimentos, como nos relatou aqui o Secretário de Finanças e, embora o comportamento tributário arrecadatário da Prefeitura, da ordem de 3%, esteja acima da média, ainda assim não faz frente a investimentos.

Por esse motivo, Sr. Presidente, dada a importância do órgão IPT, pergunto se é possível reduzir pelo menos as contratações do IPT. Não sei se é possível ao Estado

estabelecer condições para que coloquemos isso no projeto de lei.

Dei um parecer favorável à isenção, porque entendo que o IPT é um órgão de excelência e necessita desse dinheiro também. A cidade de São Paulo pode, sim, dar essa contribuição, mesmo com dificuldades. Ou senão não subir tanto os impostos. Digo isso porque também pagarei meus impostos ano que vem, Sr. Presidente, e ao fazer as contas estou com o lombo ardendo. Quem mora no centro expandido vai sofrer com o aumento do IPTU. V.Exa. também, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Principalmente quem mora no Morumbi.

O SR. MILTON LEITE – Não moro no Morumbi, não tenho nada naquele local ainda. Mas pretendo ter, pois lá existem imóveis tão baratos, mas com o IPTU tão caro.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Mas V.Exa. tem terreno lá, com certeza.

O SR. MILTON LEITE – É possível que a empresa tenha. Sr. Presidente, não reclamo da sorte que Deus me deu. Sorte que as outras cidades em que temos imóveis não estão nos castigando tanto assim, porque recebi o relatório da contabilidade do IPTU aqui em São Paulo e a instrução é briga com o Prefeito, para os senhores terem uma ideia. O quadro é feio, mas a Cidade precisa. Estou nas duas pontas, meus nobres pares.

Vou citar um dado que poucos conhecem: A cidade de São Paulo tem um crédito de dívida ativa da ordem de R\$ 52 bilhões. Cerca de R\$ 35 bilhões da dívida ativa refere-se ao ISS; R\$ 29 bilhões a receber são dívidas dos bancos. Os maiores caloteiros da Prefeitura são os bancos. Então, Sr. Presidente, proponho trazermos os bancos para nos explicar por que eles vão à justiça e não pagam. Esses R\$ 29 bilhões deixaria a Prefeitura maravilhosamente bem financeiramente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Aí os bancos vão para a justiça e não vêm à Câmara.

O SR. MILTON LEITE – Dois grandes bancos dos que compõem a dívida da cidade de São Paulo são Banco do Brasil e Caixa Econômica. Eles cobram convênio, e não

descontam. Só os dois, se não me engano, têm uma dívida de R\$ 29 bilhões. Esse valor colocaria a cidade de São Paulo em uma ótima situação financeira nos próximos cinco anos. Mas não conseguimos receber.

Qual a origem da dívida na cidade de São Paulo? Fui Relator da CPI da Dívida nesta Casa. O Sr. Paulo Maluf inventou os precatórios não lastreados e federalizou, ou seja, pegou esse dinheiro e jogou para o Governo Federal receber e assumir uma dívida parcelada. Esse é o histórico da dívida, que, corrigida, chega a esses valores astronômicos.

Então, pergunto e cobro do Sr. por que que ele não faz o mesmo com os créditos nossos? “Olha aqui, Governo Federal, o senhor pegou o meu crédito. Eram 10 bilhões na época, e me transformou em 52. Por que o senhor não pega meus 35 bilhões, que são de banco?”. Aí, o Governo Federal os recebe na hora, porque os bancos não vão ficar com o seu balanço podre e no Cadin federal. Imediatamente, correm pagar. Fazem um Refis e vão pagar.

O estranho é que ninguém faz isso. Eu digo "estranho", o que eu falo é isso aqui para a opinião pública. É estranho que nenhum Prefeito tem peito para fazer isso. Para ir lá e gritar: "Aqui, olhem, bancos: vocês me devem". Não sei que força tamanha têm esses bancos, que ninguém vai. Federaliza a dívida.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) - Para a conclusão, Sr. Vereador.

O SR. MILTON LEITE - É um desabafo, Sr. Presidente, porque estamos aqui. Se não estivéssemos, Sr. Presidente, para concluir, se não estivéssemos nessa situação... Hoje é a audiência pública, vamos dar o desconto, vamos isentar o IPT, porque merece, e não caberia nem esse argumento.

Agora, V.Exa. imagine, Sr. Presidente, 35 bilhões que nós devemos. Pagamos 4,5 de juros para o Governo Federal, que é o maior ralo da cidade de São Paulo: 4,5 bilhões para ele; 1,5 bilhão para o Iprem. Vocês querem que vamos investir onde?

Como é que vamos descontar, devendo o que nós devemos? É que a opinião hoje tem um público muito qualificado aqui. É bom que entendam a natureza da dívida da cidade de

São Paulo. Onde é que nós estamos? Porque as pessoas falam: "Ah, estou aqui, estou ali". Não, aqui, nós estamos, Sr. Presidente - peço só essa compreensão de V.Exa. até para que todos os Srs. Vereadores estejam cômnicos disso, que possam pressionar o Sr. Prefeito e outras autoridades: por que não federalizamos os nossos créditos?

A cidade de Araraquara acabou de leiloar a dívida dela. Se vocês olharam o jornal de ontem, devem ter visto: leiloou a dívida e arrecadou dinheiro. Não foi o Refis. Ela leiloou para um particular continuar recebendo, cobrando. Era a mesma coisa.

Toma, Governo Federal, pega o meu dinheiro aqui, meu crédito, que é bom. Para ele é bom. Ele põe no Cadin federal; no outro dia, os bancos estão pagando. E a Caixa é compensação direta. Só que eles não querem colocar isso nos seus balanços. E tome pressão dos bancos, não é?

Lá com o Governo Federal, Sr. Presidente, ninguém vai para a Justiça, porque eles ficam no Cadin. Podem ir para a Justiça, mas estão no Cadin - Cadastro de Inadimplentes Federais. Aí, eles não operam em nada. Correm e pagam, correm e fazem o Refis. E nós estamos quebrados; a cidade de São Paulo, quebrada. Estamos vendo as ruas da faixa da direita esburacadas, arrebentadas, e não temos capacidade de investimento.

Então, nós que estamos aqui na Comissão de Finanças há algum tempo, e relatando o Orçamento da Cidade há um pouco de tempo, nos dói ver isso. E hoje, aqui, o IPT, que precisa e necessita - tanto que dei parecer favorável a essa isenção. E vou votar pela isenção a esse Instituto.

O que vejo é só um pedido - se possível, via emenda - que estabeleça o fator de Cade (?) e redução dos contratos futuros com a Prefeitura. Eles podem propor e nós encaminhamos ao Sr. Prefeito e vamos ouvir o Sr. Secretário da parte de Finanças para que se manifeste a respeito disso. Nos contratos futuros faremos isso.

Obrigado pela compreensão de todas as senhoras e aos senhores aí e, principalmente, dos Pares. Foi um desabafo aqui, que ando chateado com isso.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) - Obrigado pela aula.

Gostaria de perguntar ao Sr. Presidente: com essa isenção de 2 ou 5 milhões, o que que o IPT pretende realizar? O que que muda no IPT, com esses valores, com essa isenção? O que que o Município ganha? O que que o IPT que ganha, enfim?

O SR. FERNANDO JOSÉ GOMES LANDGRAF - Perfeito. Nós temos um programa de investimento em nossa própria equipe, onde uma das questões que temos discutido é a seguinte: normalmente, quando a Prefeitura ou o Estado nos contratam, especialmente com relação a essas questões de risco, situações de risco, fazemos o trabalho, fazemos a proposta: "Olha, tem de ser feito isso ou aquilo para resolver o problema". E ninguém nos paga, certo?, para que a gente vá lá, anos depois, investigar. A nossa sugestão deu certo? Que dizer, aquele muro que construímos protegeu ou não protegeu? Então, esse tipo de trabalho, que é alguma coisa que chamamos de Projeto Interno, que nós temos de fazer para poder avaliar isso. Então, nossa intenção é usar esses recursos para serem investidos no que chamamos, então, de projetos de capacitação, que têm esse objetivo, de avaliar o sucesso prático das sugestões e os encaminhamentos de solução que damos, tanto em relação a isso quanto em relação a árvores, por exemplo. Fazemos esses relatórios e condenamos "X" árvores. É importante voltar lá e constatar: caíram ou não caíram? Isso não é feito. Então, o objetivo é esse.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) - Temos várias pessoas inscritas, mas eu estava conversando com o Vereador Ricardo Nunes a esse respeito: quanto que a Prefeitura gastou no laudo que pediu a vocês, sobre Inspeção veicular, Presidente? Qual foi esse custo?

O SR. FERNANDO JOSÉ GOMES LANDGRAF - Esse não foi... No final das contas, esse negócio não se realizou.

P - Ah, não se realizou?

R - Não realizou.

O SR. MILTON LEITE - O Sr. Prefeito anunciou isso. Desculpa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) - A imprensa toda. Nós mesmos, do

Parlamento, estávamos aguardando. Eu ia pedir o relatório para o senhor, agora.

O SR. FERNANDO JOSÉ GOMES LANDGRAF - Certo. Não, ele foi... Foram estabelecidas, temos várias negociações em andamento com a Prefeitura...

P - Mas isso já faz quase um ano.

R - Mas esse laudo não foi solicitado.

O SR. MILTON LEITE - É um absurdo, Sr. Presidente. Ele anunciou isso de público, que seria diretriz para pagar.

R - Que ele iria negociar. Foi discutido, enviamos uma proposta...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) - O senhor tem ciência se foi feito com outro órgão, com outra entidade?

R - Desconheço. Desconheço isso.

P - Acho que cabe à Comissão de Finanças checar isso, embora do Executivo.

Fazer até uma audiência para discutir isso.

O SR. MILTON LEITE - Pode discutir isso, sim. O Vereador Wadih Mutran propôs até discutir aqui na Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) - Foi.

O SR. MILTON LEITE - E diz que podiam ser até dois, não precisa ser só o IPT, pode ser o IPT e mais - Mauá, por exemplo. Pode ser feito.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) - Sabe o que me chamou atenção, Vereador Milton Leite? Que o Prefeito...

O SR. MILTON LEITE - Anunciou isso.

P - ... Falou que a Controlar era uma empresa bandida e falou que ia contratar o IPT. A bandida continua operando.

O SR. MILTON LEITE - Sr. Presidente, ...

P - E o IPT não foi contratado. Quer dizer, o que a população sabe é uma coisa; o que aconteceu, na realidade, ...

O SR. MILTON LEITE - Não há fundamentação técnica.

P - Eu acho que cabe a esta Comissão, então, realizar até uma audiência pública para discutir a inspeção veicular: onde que parou; por que que andou e pagou?

O SR. MILTON LEITE - Por que que não fez os estudos? Até porque, Sr. Presidente, no futuro, nós vamos continuar com o problema da inspeção veicular, independente de quem vai pagar a conta - hoje é o Tesouro Municipal -, mas a forma e os parâmetros técnicos estão em aberto. Não temos as referências necessárias, e seria de bom alvitre que o IPT fosse contratado.

Eu imaginei que estivesse pronto o laudo. Porque um dos ataques do Sr. Prefeito foi claramente chamando a empresa de “empresa bandida” e que as referências eram técnicas e do IPT.

P - E a concessionária (?) ia estar tranquila, porque foi o IPT que refez.

O SR. MILTON LEITE - Nós tínhamos isso como certo.

P - E a empresa bandida não estaria ganhando mais nada. E continua ganhando o dinheiro que está ganhando.

Antes de passar... Vamos ter de suspender a audiência pública, abrir a sessão ordinária, suspender a sessão ordinária e voltar para a audiência pública, mas ainda temos aqui 15 minutos antes de suspender a sessão.

A pedido do nobre Vereador Nomura - que está inscrito também -, gostaria de ouvir a Geógrafa-Mestre Ros Mari Zenha, que está aqui presente também. Quanto mais sucinto, melhor para a audiência.

A SRA. ROS MARI ZENHA - Obrigada, Vereador Tripoli.

Bom dia a todos os Vereadores. Vou ler um pequeno texto, breve, que acho que, talvez, esclareça algumas coisas que foram colocadas.

Nós gostaríamos de, enquanto representante dos profissionais do IPT no Conselho de Administração do Instituto, dizer que o IPT tem por missão dar suporte tecnológico ao setor

produtivo - público e privado - e subsidiar a formulação, implementação e avaliação de políticas públicas em diferentes áreas.

É um Instituto, Srs. Vereadores, em que os pesquisadores não ficam recolhidos entre os muros da instituição, não é, Vereador Nomura? Eles promovem tecnologia que chega à sociedade e transforma a realidade. Isso é reconhecido pela qualidade de seus trabalhos, pela capacidade técnica de suas equipes e pela credibilidade que o IPT tem junto à sociedade - que nós, com muito orgulho, vemos aqui os nobres Parlamentares reiterarem.

A história de 114 anos do IPT tem demonstrado a sua presença e o seu impacto na sociedade, tanto é que ele foi homenageado por esta Casa de Leis, no dia 22 de agosto passado, recebendo a honraria da Salva de Prata do Parlamento paulistano pelos serviços prestados ao desenvolvimento sustentável do Estado, da Cidade e do País.

Bem, o IPT tem projetos em andamento no Estado de São Paulo, em sinergia com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia, em apoio ao setor produtivo, com ênfase nas micro, pequenas e médias empresas, e no atendimento a várias demandas dos municípios do interior.

Tem atuado também na cidade de São Paulo, como disse nosso Diretor Presidente, dando conta da identificação e em áreas de risco, onde se assenta a população pobre de nossa cidade, na manutenção da infraestrutura urbana, pontes e viadutos, e, atualmente – respondendo a preocupação do Vereador Tripoli -, em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Urbano vem detalhando, Vereador Nomura, a proposta de atualização da carta geotécnica da cidade de São Paulo, com a finalidade de subsidiar a revisão e implementação do Plano Diretor Estratégico de São Paulo, dos Planos Regionais Estratégicos das 32 subprefeituras da Cidade, além a própria nova Lei de Uso e Ocupação do Solo.

O grande desafio que o Plano Diretor tem é a capacidade de suporte do meio físico da nossa cidade. É isso que o IPT, neste momento, vem detalhando com as equipes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano.

Além disso, vem com um projeto importante com a Secretaria de Infraestruturas e Obras, que é a proposta para elaboração do Manual de Iluminação Pública, Srs. Vereadores, para que o IPT dê suporte técnico à Prefeitura, para elaborar especificações para licitar produtos e serviços, no desenvolvimento de especificações técnicas para iluminação LED, que já está em plena atividade na Cidade Universitária. Há também uma coisa inédita que seria a implementação de uma unidade móvel, para inspeção *online* da claridade da iluminação na cidade de São Paulo. Trata-se de uma experiência realizada com êxito no Município de Guarulhos. A ideia é que São Paulo tenha essa unidade móvel que Guarulhos já tem, mas que a própria Prefeitura possa operá-la, ao contrário de Guarulhos que acho era terceirizado.

A estrutura jurídica do IPT foi transformada, como disse o nosso Diretor, de autarquia para empresa pública em 73, com a finalidade de se obter maior agilidade em sua atuação. Isso de fato ocorreu. Se os senhores compararem o IPT aos demais institutos autárquicos do Estado de São Paulo, com o respeito profundo que temos por todos eles e pela contribuição que dão, eles têm muito mais dificuldades do que o IPT, muitas vezes para poder cumprir a sua missão. A mudança da figura jurídica nos deu essa agilidade.

Apesar de ser uma sociedade anônima, o IPT não visa lucro. Sendo uma entidade prestadora de serviço público e obrigada a reinvestir eventuais resultados positivos na promoção do desenvolvimento científico e tecnológico.

Por décadas, senhores Vereadores, como disse o Vereador Milton Leite, o IPT, assim como a USP, foi isento de pagar IPTU. Nós não pagávamos IPTU, até comentamos isso com o Vereador. Porém, uma interpretação restrita do Estatuto do IPT onerou a instituição com a cobrança desse imposto, que hoje atinge a ordem de grandeza de 2,5 milhões/ano.

Enfim, nós, funcionários do IPT, eu como representante dos pesquisadores do Conselho de Administração, considerando a trajetória do IPT reconhecida por esta Casa pelos seus 114 anos, agora no dia 22 de agosto, com a salva de prata que honrosamente recebemos, teremos de contar com o apoio dos nobres Vereadores da Comissão de

Finanças e Orçamento, assim como do Plenário desta Casa, para que o IPT obtenha um parecer favorável, pedindo a ajuda dos senhores junto ao Executivo, à Secretaria de Finanças, para que de fato nós possamos reinvestir esses valores pelo desenvolvimento sustentável e melhoria da qualidade de vida da população da nossa cidade.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) - Esta presidência vai suspender a audiência pública, por cinco minutos.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos pelo presidente Sr. Roberto Tripoli.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) - Na qualidade de presidente da Comissão de Finanças e Orçamento declaro abertos os trabalhos da 25ª reunião ordinária, do ano de 2013.

Informo que esta reunião está sendo transmitida pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.camara.sp.gov.br, link auditório online.

Com a presença dos Vereadores Milton Leite, Wadih Mutran, Ricardo Nunes, Marta Costa e Aurélio Nomura. Há número legal para abertura e vamos suspender a presente sessão ordinária para darmos sequência à audiência pública, depois voltaremos para deliberar os projetos na sessão ordinária.

Estão suspensos os trabalhos da sessão ordinária.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos pelo presidente Sr. Roberto Tripoli.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Reabro os trabalhos da audiência pública, conforme Regimento Interno desta Casa. Temos de cumprir o Regimento, por isso cumprimos os horários. Passo a palavra ao Sr. Paulo Camatta, da Associação Latino Americana de

Materiais Compósitos.

O SR. PAULO CAMATTA – Bom dia a todos, sou Paulo Camatta, Gerente Executivo da ALMACO - Associação Latino Americana de Materiais Compósitos, que é uma entidade de classe patronal, com 32 anos de existência, representa mais de 160 empresas do setor, a maioria está localizada no Município de São Paulo.

Na área de pesquisa, desenvolvimento e inovação, a cidade de São Paulo é privilegiada por possuir um dos maiores institutos de pesquisas tecnológicas da América Latina, com reconhecimento nacional e internacional.

Acreditamos que o Projeto de Lei 467, que dispõe sobre a concessão de isenção e remissão do IPTU incidentes sobre imóveis onde funciona o Instituto de Pesquisas Tecnológicas - IPT, contribuirá com o fortalecimento competitivo do Instituto.

Em nossa humilde visão, temos de unir esforços para ampliar a atuação do IPT de forma a manter a sua competitividade, fortalecendo a sua atuação.

Não aprovar esse Projeto de Lei resultará em mais uma barreira para o desenvolvimento tecnológico e a competitividade do nosso Município, assim como do nosso país.

Preocupa-nos profundamente que essa ação comece a inviabilizar financeiramente o desenvolvimento tecnológico e a realização de novos projetos. Nesse cenário, as empresas que sempre buscam a maior competitividade e o menor custo optem por realizar pesquisas em outros institutos de outras cidades, estados e até de outros países.

Espero que essa avaliação feita pela Câmara possa trazer realmente à tona a questão da competitividade.

O IPT como todos os outros órgãos são empresas, vamos dizer, estatais que estão buscando sempre otimizar seus resultados. Como não visam lucro, tudo o que for incluído nas questões de custo, certamente refletirão no desenvolvimento tecnológico.

Por isso, pedimos e apoiamos essa ação em favor do IPT.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Tem a palavra o Sr. Armando Taddei Júnior, Abiepan – Associação da Indústria de Equipamentos para Panificação.

O SR. ARMANDO TADDEI JÚNIOR – Sr. Presidente, Srs. Vereadores, plateia, bom dia, meu nome é Armando Taddei Júnior, sou o Gerente Executivo da Abiepan, que é a Associação Brasileira dos Fabricantes de Equipamentos para Panificação.

Os fabricantes ligados a nossa entidade atendem um público composto preferencialmente de empresas de micro e pequeno porte, tais como padarias, lanchonetes, bares e restaurantes.

Os fabricantes associados da Abiepan são empresas com capitais e projetos 100% nacional, atendem a um universo de mais de 64 mil padarias no Brasil, além de um número expressivo de bares e lanchonetes.

Através do conhecimento do mercado brasileiro conseguimos suprir esse enorme mercado com produtos fabricados apenas no País, deixando pouco espaço para o produto importado.

Mas para atingir a importante meta de abastecer um país com dimensões continentais, precisamos receber apoio de entidades como o IPT que ajudam nossas empresas com seus programas de certificação, qualificação e gestão dessas empresas com seus produtos, trabalhando através das parcerias subsidiando os tais programas, onde o IPT banca grande parte do custo e as empresas pagam um pequeno resíduo.

Os programas de transferência de conhecimento e tecnologia são importante contribuição que o Estado, através de seus parceiros operadores desses convênios, como o IPT, oferece ao contribuinte como eficaz contrapartida aos impostos arrecadados.

Mas a parceria da Abiepan com o IPT não se restringe apenas aos apoios dados às empresas no mercado nacional. A Abiepan possui um convênio com a Apex Brasil, Agência Brasileira de Promoção das Exportações e Investimentos, ligada ao MDIC, que faz a

promoção comercial no exterior dos produtos e das empresas brasileiras. No nosso caso, os fabricantes de equipamentos de panificação.

Hoje a Abiepan está participando da Feira IBIE, na cidade de Las Vegas, nos Estados Unidos, com um estande de 180 metros quadrados, mostrando as tendências dos equipamentos fabricados no Brasil.

Para chegar ao mercado nacional, é preciso, além de ter um bom produto, possuir certificações. Nesse ponto, o IPT nos apoia de forma contínua, especificamente no setor para preparar os produtos, no sentido de obter as certificações internacionais, mesmo em alguns casos onde a certificação não exige uma terceira parte, conceder uma certificação da marca CE.

Desta forma, Sr. Presidente, a Abiepan vem aqui dizer que o IPT é o grande parceiro, precioso para a micro e pequena empresa. Por isso que solicitamos a este plenário a concessão da isenção do IPTU.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Convido para fazer uso da palavra o Sr. Luiz Zigmantas, da Associação Nacional dos Engenheiros e Arquitetos da Caixa Econômica Federal

O SR. LUIZ ZIGMANTAS – Obrigado Presidente Tripoli, Srs. Vereadores, obrigado pela oportunidade. Sou engenheiro da Caixa Econômica Federal, criei e presidi uma associação que hoje está com 1.500 engenheiros associados, no País inteiro, num universo de 2.000. Sinto-me à vontade como representatividade, fui seu presidente durante sete anos.

A respeito do IPT, vou fazer um paralelo com o Programa Minha Casa, Minha Vida, o mais conhecido da minha empresa. Nesse Programa a dificuldade é muito grande em termos de valores para atingir a baixa renda. Todos reclamam, os construtores têm dificuldades de fazer as casas, na nossa faixa de 70 mil reais, em São Paulo, nós estamos chegando a colocar mais de 20 mil. Portanto, estamos já em 90 mil reais, mas continua a

dificuldade em construir essas casas.

Acontece agora um fenômeno relativamente novo, que não está sendo muito comentado, que a faixa um, do Minha Casa, Minha Vida, com os valores mais baixos, está conseguindo construir com esses valores um pouco apertados por um fator muito interessante, Presidente, que se chama inovação tecnológica.

Hoje, o Programa Minha Casa, Minha Vida, na faixa um, no seu nível mais baixo, quase que está sendo sustentado por construções inovadoras, sendo que o fator que mais predomina chama-se casas de paredes de concreto.

Esse é o paralelo que quero mostrar para todos. Existe um caminho muito simples. Normalmente quando se quer atender uma população o caminho mais simples é pedir mais dinheiro ao Governo. Dando mais subsídio, colocamos as casas do faixa um para a população.

Mas há outro caminho, ou seja, vamos melhorar a forma de construir, de planejar o empreendimento. A história: vamos construir e melhorar, está muito ligada à inovação. Essa é a relação entre a inovação e o benefício à população.

Nós já estamos vivendo um fato real, onde a inovação melhorou e colocou a habitação num patamar de preços um pouco mais acessíveis para a construção.

Eu lido com várias entidades no País inteiro, com universidades e institutos de pesquisas gerais, mas a inovação brasileira está alicerçada no IPT.

É esse o testemunho que tenho a ofertar para vocês. O IPT é um grande parceiro da Caixa Econômica Federal, ajudou grande parte do Programa Minha Casa, Minha Vida para viabilizar programas de baixa renda. Com o tempo vocês vão ver o País a trazer as casas leves, as de *steel frame*, de *frame* e até de paredes de plástico, mas só se coloca isso no País se o IPT disser “sim”, Presidente. Parece mentira, mas é assim.

A credibilidade desse Instituto é tamanha que, quando se coloca coisa muito diferente no mercado, os técnicos do País se retraem e querem a segurança de alguém que

possa emprestar credibilidade.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Ouviremos agora o Sr. Geraldo Antunes, do Sindicato dos Trabalhadores de Pesquisas, Ciências e Tecnologia.

O SR. GERALDO ANTUNES – Bom dia, Srs. Vereadores, bom dia a todos, meu nome é Geraldo Antunes, sou funcionário do IPT desde 1979, e secretário do Sindicato que representa os empregados do IPT, assim como de outros 26 centros de pesquisas, espalhados em 38 municípios do nosso Estado, dentre eles o de São Paulo.

Declaramos nosso apoio ao projeto de lei em discussão, por entender que ele aplica a nossa Constituição Federal, que determina, no Capítulo da Ciência e Tecnologia, no seu artigo 218, que o Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico à pesquisa e à capacitação tecnológica.

Determina ainda a nossa Constituição que a pesquisa tecnológica voltar-se-á preponderantemente para a solução dos problemas brasileiros, para o desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional.

Determina também que o Estado apoiará a formação de recursos humanos na área de ciência, pesquisa e tecnologia, e concederá aos que delas se ocupem meios e condições especiais de trabalho.

A Constituição Federal determina que a lei apoiará e estimulará as empresas que invistam em pesquisa, criação de tecnologia adequada ao País, na formação e aperfeiçoamento dos seus recursos humanos, que pratiquem sistemas de remuneração que assegurem ao empregado, desvinculado do salário, participação nos ganhos econômicos resultantes da produtividade de seu trabalho.

Evidentemente temos de considerar que, para o efetivo resultado esperado por essa isenção, é necessário o compromisso do Governo do Estado de São Paulo de não aplicar equivalente redução nos recursos financeiros públicos destinados ao IPT.

Como todos sabem, foi explicado detalhadamente pelo Presidente do IPT. A receita conseguida pelo IPT com a venda dos serviços tecnológicos ao mercado público e privado não é suficiente para a sua autonomia financeira e são necessários recursos financeiros públicos adicionais provindos do Estado de São Paulo, seu acionista, para fechar a conta. Essa preocupação existe porque nos últimos anos esses recursos adicionais não têm recebido a devida correção. Somente com esta garantia essa isenção terá frutos no desenvolvimento de novas tecnologias, inclusive tecnologias sociais carentes no nosso Município.

Realmente temos um desafio dentro da Assembleia Legislativa de reproduzir lá essa discussão não somente no que diz respeito à isenção, mas também a essa garantia de recursos públicos para a instituição porque é realmente uma instituição de pesquisa como já foi explicado aqui detalhadamente, ela nunca deve buscar sua autonomia financeira. O Estado tem de garantir essa complementação necessária.

Por último, deixamos claro que o SINTPq representa uma categoria profissional cuja principal preocupação é a qualidade do resultado do seu trabalho: a pesquisa. Por isso, atua permanentemente para valorizar as condições de trabalho dos IPTanos. Temos certeza que assim, contribuimos de forma mais importante para atrair por meio de concursos públicos e manter nos quadros do IPT, uma juventude competente.

Somente assim, com quadros renovados e profunda interação entre os novos e antigos funcionários, o andamento dos trabalhos, os cuidados com os dados, ou seja, na essência: a paixão pela pesquisa será transmitida de geração a geração garantindo a perenização desta Instituição de Pesquisa que nasceu, vive e presta bons serviços ao povo paulistano e paulista da nossa cidade e do nosso estado há 114 anos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Tem a palavra o Sr. Eduardo Soares Macedo, da Associação Brasileira de Geologia e Engenharia Ambiental.

O SR. EDUARDO SOARES MACEDO – Bom dia a todos. A ABGE e Ambiental é a

associação de caráter nacional que congrega exatamente os profissionais geólogos e engenheiros civis, geógrafos, gestores ambientais, que trabalham com algumas das coisas que foram mencionadas pelos Srs. Vereadores, como, por exemplo, a questão da carta geotécnica, dos planos diretores, dos mapeamentos de áreas de risco, dos projetos nessas áreas e, além disso, os grandes projetos de infraestrutura.

A nossa associação, da qual sou Vice-Presidente, nasceu dentro do IPT há 45 anos e hoje continua sediada dentro do IPT e isso para nós além da importância do apoio dos colegas do IPT ao funcionamento da associação significa para o Brasil a garantia de que a nossa associação está bem amparada tecnicamente e cientificamente. Para nós isso é muito importante.

Em termos do IPT, daí vou mencionar as áreas de risco, que foi um assunto bastante tocado aqui, o IPT é a referência nacional nesse assunto para que os senhores Vereadores tenham uma pequena ideia do que acontece hoje no país, por exemplo, o Ministério das Cidades abriu os seus trabalhos a licitação para as cartas geotécnicas para o Brasil inteiro, que é uma demanda do país e foi buscar dentro do IPT a metodologia que vai ser usado no país inteiro.

Hoje também a metodologia usada no país para mapeamento de área de risco, que foi utilizada pelo IPT para mapear a Cidade de São Paulo, 2009/2010, é também do IPT. O país todo trabalha com a sua metodologia. Para se treinar as equipes municipais que todos nós sabemos que é um grande trabalho que temos necessidade no país, ensinar o pessoal da Prefeitura a trabalhar em áreas de risco, e isso é uma encrenca grande, essa metodologia também é do IPT, que foi aplicada em São Paulo.

Boa parte do que existe hoje de gente trabalhando com geologia de engenharia, ou é oriundo das equipes de IPT, ou aprenderam a trabalhar com os materiais do IPT, foram alunos do IPT de alguma forma.

Essa grande área que hoje é importante em São Paulo é baseada em tudo o que o

IPT fez. A nossa associação que é oriunda do IPT e continua lá dentro com o apoio da instituição apoia firmemente nossos associados o pleito do PT a qual consideramos bastante justo.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Tem a palavra o Sr. José Luis Albuquerque Filho, do Sindicato dos Geólogos do Estado de São Paulo.

O SR. JOSÉ LUIS ALBUQUERQUE FILHO – Bom dia a todos, é uma honra participar dessa audiência. Enxergamos que esse é um pleito justíssimo, até mesmo para tornar mais iguais instituições similares dentro do mesmo espaço físico na questão do recolhimento do IPTU. Mas, o IPT, em nosso ver, tem doze centros tecnológicos, onde se destaca a atuação multidisciplinar e a característica marcante do IPT é exatamente fazer a ponte entre o ensino básico da universidade e a parte prática. Foi assim quem ele nasceu como um gabinete de resistência de materiais e pela demanda da sociedade virou IPT há 114 anos.

Portanto, conta com doze centros e destacaria aquele que estamos mais afetos no âmbito das geociências que onde você tem um grupo bastante significativo de geólogos especialistas que tem contribuído muito ao longo de inúmeras décadas nos mapeamentos geológicos, geomorfológicos, em cartas geotécnicas, mapas de águas subterrâneas, recursos minerais, cartografia de riscos geológicos, estudos de erosão, de planejamento mineral, planejamento de recursos hídricos e planos de minimização de riscos naturais.

Além disso, foi um dos berços da chamada geologia de engenharia, que é exatamente a participação, a contribuição da geologia dentro das mais diferentes iniciativas da engenharia para que se garanta a boa engenharia. Então, o IPT é um dos berços, se não o principal, com contribuições inumeráveis de formação de pessoal, apoio à iniciativa privada e ao Estado e como braço tecnológico na constituição de inúmeras grandes obras.

É muito difícil pensar uma grande obra do Estado de São Paulo que não tenha algum tipo de participação de um geólogo de engenharia do IPT. Então, a contribuição do IPT é

muito forte. Isso tudo terminou motivando a elaboração desse projeto de lei que o sindicato está registrando um texto mais detalhado, fiz alguns comentários, e vim aqui falar em nome do Presidente Fernando Alves Machado, e apoiamos totalmente.

Achamos uma ideia excelente aproximar mais ainda, e já é próximo da Câmara Municipal, com a Casa e consignar de forma mais forte um convênio, uma presença mais assídua do IPT com a Câmara Municipal de São Paulo. Muito obrigado e parabéns pela iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Agradeço a participação do Sr. José Luis Albuquerque Filho do Sindicato dos Geólogos do Estado de São Paulo. Eu quero agradecer a todos os aqui presentes e acho que todos gostariam de saber o que pensa a Secretaria de Finanças em relação a tudo o que a senhora assistiu. Passo a palavra a representante do Secretário de Finanças do Município de São Paulo, Sra. Marina.

A SRA. MARINA – Ninguém duvida da capacidade e seriedade do PT, isso todo mundo conhece, mas na hora que os técnicos da Secretaria analisarem o projeto que ainda não chegou, ainda não foi analisado pela SF, não é isso que levamos em conta. Vemos muito a natureza jurídica da entidade. Se fosse uma autarquia teria a imunidade direta do IPTU. Existem outros institutos com a mesma natureza jurídica que não tem isenção, daí começa a discussão. Vamos pleitear a isenção? E tem a parte orçamentária, essa é a dificuldade do projeto para nós.

P – Do impacto econômico?

R – É o impacto econômico-financeiro. Tem de ver se existem outras entidades da mesma natureza, se tem isenção, ou não para analisar.

P – A senhora trabalha direto com o Secretário de Finanças, nós podemos aqui interferir, nossa ação política é essa, fazer a ponte. Podemos marcar uma audiência com o Presidente do IPT e com o Secretário de Finanças? O Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento pede à senhora, que está representando o Secretário, que atenda ao Presidente do

IPT o mais breve possível. Daí fica tudo mais fácil, não adianta só sensibilizar os Vereadores porque temos a Peça Orçamentária e, se o Prefeito vetar, nós podemos derrubar, mas é todo um processo. O Prefeito tem elogiado muito o IPT por onde passa. Eu acho que o Presidente do IPT deveria conversar com o Prefeito, mas o primeiro passo é conversar com o Secretário e daí começa a roda a andar.

Se a senhora fizer essa gentileza, sei que a senhora é uma técnica, mas fazer essa gentileza de dizer que a Comissão de Finanças gostaria que atendesse o Presidente do IPT.

Tem a palavra o nobre Vereador Aurélio Nomura.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Parece-me que as empresas de economia mista do Município de São Paulo não pagam o imposto municipal, ou pagam?

A SRA. MARINA – Pagam.

P – E pagam o IPTU também?

R – Pagam.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Tem a palavra o Vereador Adilson Amadeu.

O SR. ADILSON AMADEU – Teve uma fala do Vereador Milton Leite que perguntou ao Sr. Presidente a respeito de um laudo da Controlar, que o IPT, e isso foi até matéria do jornal, que o Prefeito ia chamar o IPT para fazer um laudo, até para ajudar na ação jurídica. O IPT não fez esse laudo?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Não foi contratado.

O SR. ADILSON AMADEU – É uma observação que nós da comissão de finanças precisamos ver porque o Prefeito foi muito claro que seria o IPT que faria o laudo.

O projeto de isenção é da Vereadora Juliana Cardoso e Carlos Neder e ela não está presente. Acho que fica tudo muito fácil, pois são Vereadores do PT. A audiência deveria ter sido marcada ontem já com o Prefeito, pelo trabalho que os senhores fizeram ao longo dos anos. São 114 anos do IPT, talvez o Prefeito não conheça bem o que é o IPT.

Quero que conste das Notas Taquigráficas que ele não sabe o que é o IPT, tenho quase que certeza. Eu estou falando, então, a audiência tinha de ser direto com o Prefeito, porque senão vai rodar muito e não vai acontecer no plenário o que nós gostaríamos que acontecesse.

Temos de observar que o IPT não fez o laudo da controlar, é importante, porque vamos começar a falar de novo na Controlar nesta Casa. Rodou e nada aconteceu, mudou de governo e nada aconteceu. Vamos ter de trabalhar mais para conhecer um pouco mais o que está acontecendo.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Temos de convocar os representantes do Executivo para discutir, inclusive, a ficha suja da controlar. Não havendo mais nada a tratar, a presidência agradece ao Sr. Fernando José Gomes, Presidente, e cumprimenta todos os assessores técnicos que o acompanharam. Meus parabéns. Naturalmente, o Secretário de Finanças vai falar “não” ao senhor, com certeza, mas é o caminho. Em seguida o senhor vai falar com o Prefeito e sensibilizar os proponentes do projeto. Cabem aos Vereadores fazer a ponte com o governo e colaborar. Declaro encerrada a presente audiência pública.

